

ATA NÚMERO 50/XIII (2.ª) SL
03 de janeiro de 2017 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Das reuniões de 13 e 20 de dezembro de 2016

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) – 15h00

5. [Petição n.º 173/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Daniela Braga - Inclusão de uma disciplina curricular e obrigatória de educação espiritual no calendário e no plano escolar de todas as crianças e jovens dos ensinos privado e público

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Susana Lamas – PSD

6. [Petição n.º 225/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Rita Cordeiro Rocha Jesus – Solicita alteração à proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, e à proposta de portaria para a vinculação extraordinária

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: CDS-PP

7. [Petição n.º 233/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Estêvão Domingos de Sá Sequeira – Solicita que o calendário académico seja ajustado às ocasiões festivas

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PSD

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

10 de janeiro de 2017, às 15h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas

As atas das reuniões de 13 e 20 de dezembro de 2016 foram aprovadas por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Projeto de Lei

O Senhor Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão o Projeto de Lei abaixo referido, que era atribuído ao PS para indicar um Deputado relator, sendo a apreciação do respetivo parecer agendada para a reunião de 24 de janeiro. O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que indicariam posteriormente o Deputado relator.

| | | | | | | | |
|----------------|-----|------|---|---|--|------------|-----|
| Projeto de Lei | 363 | XIII | 2 | Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário | Baixa comissão distribuição inicial generalidade | 2016-12-23 | PCP |
|----------------|-----|------|---|---|--|------------|-----|

3.2. Iniciativas sobre propinas do ensino superior

O Senhor Presidente lembrou igualmente que, em 23 de setembro de 2016, baixaram para nova apreciação pela Comissão, na generalidade, por 30 dias (até 23 de outubro), três iniciativas sobre as propinas no ensino superior, referidas abaixo:

| | | | | | | | |
|----------------|-----|------|---|---|---------------------------------------|------------|-----|
| Projeto de Lei | 128 | XIII | 1 | <u>Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico</u> | Nova apreciação comissão generalidade | 2016-09-23 | PCP |
| Projeto de Lei | 166 | XIII | 1 | <u>Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto</u> | Nova apreciação comissão generalidade | 2016-09-23 | PS |
| Projeto de Lei | 159 | XIII | 1 | <u>Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas</u> | Nova apreciação comissão generalidade | 2016-09-23 | BE |

Posteriormente foi pedida a prorrogação do prazo da sua apreciação por mais 60 dias, terminando esse prazo em 17 janeiro de 2017.

Tendo sido já ouvidos o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, o Senhor Presidente perguntou se os Grupos Parlamentares pretendiam adotar um texto único de substituição ou remeter os 3 projetos de lei para votação, na generalidade, em Plenário.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu novo adiamento deste ponto para a reunião seguinte da Comissão, o que foi aceite por todos.

3.3. Pedido de audiência do SNESUP - Sindicato Nacional do Ensino Superior

Tendo sido apreciado o pedido de audiência do Sindicato Nacional do Ensino Superior para apresentação de propostas relativas ao [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), tendo em conta o agendamento das Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII, do BE](#) e [25/XIII, do PCP](#), para o dia 11 de janeiro, foi deliberado realizá-la na reunião da Comissão de 10 de janeiro.

3.4. Pedido de audiência dos bolsеiros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Tendo sido apreciado o pedido de audiência dos bolsеiros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para apresentação de propostas relativas ao [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#) (Estímulo ao Emprego científico), no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII, do BE](#) e [25/XIII, do PCP](#), foi deliberado realizá-la na reunião da Comissão de 10 de janeiro.

Na sequência destes pedidos, o Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que se fizesse ainda a audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos sobre a mesma matéria, tendo havido consenso de todos os Grupos Parlamentares.

3.5. Relatórios de audições e audiência

Os relatórios das audições do Secretário de Estado da Educação pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial, da peticionária da [petição n.º 173/XIII \(1.ª\)](#) pela relatora, Deputada Susana Lamas (PSD) e da audiência à Sociedade Portuguesa de Cardiologia foram aprovados por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) – 15h00

O Senhor Ministro entregou um documento com as principais orientações para 2017 no quadro do balanço do 1.º ano de Governo, que está disponibilizado na [página da Comissão na internet](#).

Dando início à audição, usou da palavra o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referindo que embora o [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#) ("Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento") seja uma peça importante no âmbito do emprego científico e académico (realçando a relevância da norma transitória e a mudança de paradigma, passando de bolsas

para contratos) há outros elementos relevantes e uma estratégia de reforço da capacitação das instituições para contratarem, pedindo mais informação sobre as mesmas.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) referiu que em 2016 não foram lançados concursos para as áreas científicas, não houve concursos para bolsas de doutoramento e não foi atualizado o roteiro de infraestruturas, tendo questionado o que se espera para 2017 e se haveria diminuição do financiamento às instituições, quantas pessoas seriam empregadas e qual o financiamento. Questionou ainda qual o modelo que o Governo quer para o ensino público (com fundações ou outras).

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez referência à precariedade dos investigadores e docentes e indicou que há vários contratos ilegais de exercício de docência, havendo várias unidades curriculares ministradas por bolseiros e outros, que tinham sido noticiados por um jornal, tendo considerado que o Ministério e as instituições devem ser responsabilizadas e pedido a abertura de inspeções às situações.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu a posição do Senhor Ministro sobre a eventual alteração do regime de propinas e seu efeito nos contratos assinados com as instituições de ensino; o levantamento da ação social, em comparação com o regime dos anos anteriores; a situação do Provedor do Bolseiro.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) sublinhou a precariedade dos investigadores e docentes e considerou que o regime fundacional conduz à privatização das instituições e do pessoal, tendo proposto a sua eliminação; equacionou a alteração do financiamento do ensino superior e a inexistência de propinas; perguntou se a Fundação para a Ciência e a Tecnologia iria publicitar o resultado dos concursos em 28 de fevereiro.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Senhora Secretária de Estado responderam a cada um dos Senhores Deputados no final de cada intervenção, tendo defendido o reforço dos recursos humanos associado ao das instituições; referido que têm visitado as instituições e empresas e há um debate público sobre a organização do sistema de ciência e tecnologia e de ensino superior e sobre o estímulo ao emprego científico, cujos resultados apresentarão na Assembleia da República até ao final de janeiro, devendo equacionar-se, nomeadamente, a revisão do enquadramento legal e a avaliação institucional pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de todas as unidades de investigação, de acordo com um processo a iniciar em 2017, devendo a avaliação levar em conta a estabilidade do emprego científico; em 2017 não há corte de financiamento, o que está no Orçamento do Estado é aquilo que foi acordado com as instituições no contrato de confiança; todos os programas de doutoramento terão financiamento e a FCT não teve *deficit* de financiamento em 2016; na máquina dos fundos estruturais mantém-se tudo e os concursos vão ser abertos simultaneamente por todas as Comissões de Coordenação Regional, estando a trabalhar-se

nisso; foram eliminados os *deficits* anteriores das instituições de ensino superior e estas reorganizaram-se, em conjunto.

Referiram ainda que não houve denúncia de contratos ilegais para o exercício da docência, foram as instituições que relataram algumas situações, que envolvem números baixos, verificando-se os problemas essencialmente nas bolsas de pós-doutoramento; reiteraram que investem no combate à precariedade; manifestaram concordância em relação à contratação de peritos pelas instituições; referiram que os contratos para a legislatura celebrados com as instituições são importantes para estas e para o Ministério das Finanças e serão cumpridos por ambas as partes; informaram que a alteração do regime das propinas não está prevista pelo Governo; referiram que estavam pagas cerca de 2/3 das bolsas do ensino superior, número idêntico ao dos anos anteriores e que este ano havia mais bolsas; mencionaram o esforço no reforço da ação social, com base em verbas comunitárias, salientaram que muitas instituições têm ainda um sistema próprio de ação social e consideraram que o sistema de bolsas é bom, embora possa ser melhorado.

Indicaram ainda que o regime fundacional é importante e bom, sendo usado em vários países, não indiciando privatização do ensino superior e que a matéria será analisada pelo Conselho Coordenador do Ensino Superior.

Na segunda ronda entrevistaram os Senhores Deputados António Eusébio (PS), Duarte Marques (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo questionado o Senhor Ministro sobre, designadamente, se já estava criado o mecanismo de coesão e entre ajuda previsto nos contratos celebrados com as instituições de ensino superior e que aplicações tinha; a falta de pagamento das bolsas da FCT, os atrasos das bolsas de ação social e a posição do Senhor Ministro em relação às propinas; a cultura de precariedade nos docentes do ensino superior, particularmente nos Politécnicos, tendo sido pedido o diagnóstico e o plano nacional de combate à precariedade; se o [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), prevê o vínculo apenas para bolseiros ou para novas pessoas, quantos concursos foram abertos desde setembro e quais os seus custos; a necessidade de reforço da ação social, com mais bolsas, alojamento e outros apoios; as medidas para pagamento atempado das bolsas no futuro; as respostas à precariedade dos docentes (além do [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#)) e à manutenção do regime remuneratório.

Os membros do Governo responderam, após cada intervenção, às questões colocadas, referindo, em síntese, que o mecanismo de coesão já foi acionado em relação à Universidade do Algarve; o ensino politécnico está presente em numerosas cidades e tem um papel crítico, devendo ter características diferenciadas em relação ao universitário; o Programa + Superior foi um sucesso, dotando as instituições de apoios novos; vai aumentar o investimento em ciência; as bolsas de mérito foram pagas; estão envolvidos no combate à precariedade, nomeadamente no uso indevido dos bolseiros e isso será levado em conta na avaliação das instituições; não há problema na existência de docentes convidados a tempo parcial e não há

cursos em funcionamento em que o corpo docente não seja acreditado; o processo de avaliação da FCT foi reponderado e alterado; o prazo de publicação de resultados de bolsas pela FCT decorrem de 28/11/2016 a 28/2/2017; estão a decorrer concursos até ao verão de 2017; o [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#) eliminará a utilização abusiva de bolseiros; atacaram o regime transitório dos docentes dos politécnicos; em relação às bolsas de ação social, estão a ser introduzidas medidas para acelerar o seu pagamento.

Na 3.^a ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Elza Pais (PS), Maria Germana Rocha (PSD), Luís Monteiro (BE), Sara Madruga da Costa (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Ana Virgínia Pereira (PCP), Lara Martinho (PS), Nilza de Sena (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Álvaro Baptista (PSD), Ana Mesquita (PCP), Amadeu Albergaria (PSD) e Porfírio Silva (PS), tendo questionado, designadamente, a continuidade do processo de energias renováveis; a posição sobre a alteração do regime de acesso ao ensino superior e seu impacto; o financiamento das instituições de ensino superior para reposições salariais; as limitações da contratação docente; se havia abertura para renegociação do Decreto-Lei nº 57/2016; a posição sobre um modelo de ensino superior sem propinas; eventual acolhimento das especificidades das Universidades da Madeira e dos Açores, nomeadamente em relação a financiamento e desenvolvimento de projetos; hipótese de os Politécnicos ministrarem doutoramentos; efetivação da possibilidade de os trabalhos finais de mestrado e doutoramento serem entregues por via eletrónica.

Colocaram ainda questões sobre o pagamento das bolsas de mérito; a avaliação das unidades de investigação; o aumento do número de alunos que acederam ao ensino superior este ano e os dados do Programa + Superior; a aplicação aos Politécnicos das iniciativas para as competências digitais; a concretização da rede de ecossistema de montanha; o modelo de financiamento do ensino superior que o Ministério propõe; a generalização dos repositórios de acesso aberto e as áreas de apoio à investigação multidisciplinar.

Os membros do Governo responderam no final, e em bloco, às questões colocadas, referindo, em resumo, a relevância da melhoria da utilização e sustentabilidade das energias renováveis, da ciência avançada desenvolvida e a necessidade de replicar as situações; a importância de a política científica abranger todas as áreas do conhecimento; o facto de a reposição dos salários ter sido feita sem atrasos; a necessidade das alterações do regime de acesso ao ensino superior terem consenso, estando ainda a ser previstos sistemas específicos na ligação ao ensino profissional; a avaliação a nível internacional do modelo de financiamento do ensino superior, com o compromisso de nenhum estudante ficar fora do mesmo por motivos financeiros, tendo manifestado abertura para promover o debate da matéria com a Comissão de Educação e Ciência; estão a desenvolver uma estratégia de valorização dos Politécnicos, com mais investigação e sempre com ligação ao território.

Indicaram ainda que está em execução a concretização da entrega em formato digital dos trabalhos finais de mestrado e doutoramento; a preparação da avaliação das instituições de investigação por entidades nacionais, com um aumento do número de painéis e composição

interdisciplinar; o alargamento do programa de competências digitais a todos os Politécnicos e áreas do desenvolvimento; o alargamento da rede de ecossistema de montanha a mais Politécnicos; o debate no Conselho Coordenador do Ensino Superior sobre o regime fundacional das instituições de ensino superior.

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações e o documento entregue pelo Senhor Ministro disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

5. [Petição n.º 173/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Daniela Braga - Inclusão de uma disciplina curricular e obrigatória de educação espiritual no calendário e no plano escolar de todas as crianças e jovens dos ensinos privado e público

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Susana Lamas (PSD), tendo o Deputado Porfírio Silva (PS) questionado a deficiente especificação do pedido de inclusão de educação espiritual nas escolas.

Na sequência das informações complementares prestadas pela relatora, tendo por base a [audição da peticionária](#), o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. [Petição n.º 225/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Rita Cordeiro Rocha Jesus – Solicita alteração à proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, e à proposta de portaria para a vinculação extraordinária

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade da petição, foi deliberado admiti-la por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Foi indicada como Relatora a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP).

7. [Petição n.º 233/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Estêvão Domingos de Sá Sequeira – Solicita que o calendário académico seja ajustado às ocasiões festivas

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade da petição, foi deliberado admiti-la por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

O PSD indicará posteriormente o Deputado Relator.

8. Outros assuntos

Tendo presente que a Conferência de Líderes agendou uma sessão plenária para a tarde do dia 17 de janeiro (3.ª feira) e a realização de reuniões de Comissões no dia 20 (6.ª feira), o Presidente da Comissão equacionará com outras Comissões o dia da respetiva reunião, para depois se decidir se a reunião dessa semana terá lugar na manhã dos dias 20 ou 18.

9. Data da próxima reunião

10 de janeiro de 2017, às 15h

A reunião foi encerrada às 18 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 17 de janeiro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Cristóvão Crespo
Duarte Marques
Elza Pais
Lara Martinho
Pedro Coimbra
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão
Emília Santos
Susana Amador